

DA “PRÉ-HISTÓRIA” À “HISTÓRIA”: SOBRE AS BUSCAS ARQUEOLÓGICAS NO AMAPÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX.

Queiton Carmo dos Santos¹

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a ideia de pré-história sancionada pelos discursos de ciência no século XIX, a partir da coleta de materiais arqueológicos na Guyana Brasileira, atual Amapá, Amazônia. Essas coletas foram coordenadas pelo naturalista Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. O mesmo esteve envolvido com a elaboração de narrativas sobre um passado com fundamentação no material arqueológico, o que leva ele a designar a capacidade de profundidade temporal das antigas sociedades indígenas de ocupação no Brasil. Assim, problematizar a noção de “pré-histórico” em relação ao que era considerado “histórico” dentro dessas narrativas tensiona até nos dias de hoje marcadores temporais críticos elaborados para a arqueologia. Conclui-se que essa ideia naturalizou violências empreendidas por um único modo de ver outras culturas e o próprio sentido do tempo dentro de uma cronologia unilinear.

Palavras-chave: História da Arqueologia; Amapá; Amazônia.

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap), mestrando em Antropologia com concentração em Arqueologia, na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn-UFMG). E-mail: tonqueiton@gmail.com



1. “NAS TREVAS DO PASSADO” – INTRODUÇÃO

Neste texto discuto as buscas arqueológicas na foz do Rio Amazonas durante o final do século XIX, para compreender de que modo o naturalista e diretor do museu de História Natural e Etnografia do Pará, Emílio Goeldi (1859-1917), esteve envolvido com a dimensão temporal sobre os materiais explorados na região do Cunani ao norte do Amapá e ao sul de Maracá. Adicionalmente visa-se demonstrar que esses materiais exemplifiquem os materiais (cerâmico, lítico etc.) foram centrais para Goeldi afirmar suas hipóteses sobre a ocupação humana na Amazônia. Começo pelo fim:

E julgo que não poderia ter achado um fecho mais feliz para estas considerações, do que apontar para o simpático aspecto de uma virgem índia, cujo as mãos se erguem e pegando benevolmente na mão da ciência, que anda as apalpadelas nas trevas do passado, a conduz para um ponto elevado e dominante, e com braço estendido, indica o clarão que ilumina, á esquerda o abismo sombrio do erro e á direita, a planície verdejante e soalheira da verdade (Goeldi 1898: 417).

Foi por meio dessa fala que o naturalista, em uma conferência averiguando as origens dos materiais vindos das regiões do norte e do sul do Amapá, empreendeu suas certezas sobre aquele momento. Tal explanação marca a confiança no progresso científico e técnico a qual a ciência estava explorando em diferentes partes do mundo, e em especial sobre questões importantes voltadas para o passado dos materiais arqueológicos indígenas na Amazônia. Goeldi foi um naturalista suíço que passou longos anos no Brasil e havia trabalhado no Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), mudou-se para a cidade de Belém no Pará, afim de assumir a direção do antigo Museu Paraense de História Natural e Etnografia (MPHNE), a partir da última década do século XIX.

Sua trajetória conta com controversas a seu respeito sobre ser um positivista, um evolucionista, ou mesmo, um mero cientista envolvido em questões da sua época (Schwarcz 1993, Sanjad 2005, Ferreira 2009). Apesar disso, a fala inicial do naturalista demonstra não só a sua crença no discurso da ciência daquele momento, como também seria por meio dela que “as trevas do passado” começariam a ser iluminadas.



Essa seria uma maneira de lidar com o tempo racionalizado, a qual fez cientistas elaborarem uma sequencialidade, uma percepção sobre a orientação dada ao tempo pelos ocidentais, a partir de um debate científico principalmente no decorrer do século XIX. E isso provocou a criação de ciências temporais, preocupadas com a medição, separação e demonstração de vestígios, fósseis, animais e terras em um só modo de lidar com as temporalidades. Nesse organograma, disciplinas como a arqueologia, e mesmo a geologia, criadas naquele século desenvolveram discussões próprias sobre como medir um espaço-tempo, ainda desconhecido, e a ideia de pré-história foi uma das consequências desse sequenciamento.

Essa ideia inicial de pré-história buscava demonstrar o que alguns homens daquele século nomeavam sobre a existência de um tempo antes do cristianismo. Uma das obras marcadoras sobre o tema durante esse período foi a de Daniel Wilson, “The Archaeology Prehistoric annals of Scotland” (2015 [1851]), que cunhou pela primeira vez o conceito de pré-história nomeando justamente esse momento antes de uma “era cristã”. Duas décadas antes, o dinamarquês Christian Thomsen (1788-1865), elaborou também o que ficou conhecido como “Sistema das Três Idades”, a idade da pedra, do bronze e do ferro. O tipo de material classificado por Thomsen deveria incorporar uma explicação e evolução técnica estável, o que segundo Bruce Trigger derivou da “pesquisa antiquária do século XVIII e os conceitos evolucionistas da Ilustração foram condições indispensáveis para seu sucesso” (Trigger 2004: 94).

Assim, um tempo profundo, que deixava marcas nas formações das rochas no planeta, e cercava grandes incógnitas sobre o que eram restos de outras espécies e a possibilidade de serem estudadas foi aos poucos sendo entendido dentro do olhar daquela ciência. O sistema das três idades dos estágios de materiais foi nada mais, nada menos, do que uma tentativa que os ocidentais desenvolveram para tentar demonstrar o quanto de tempo poderia ser observado e sequenciado materialmente.

A idade da pedra, do bronze e do ferro, exemplificada por Thomsen, comprovava a evolução desses estágios, dentro do que a subdisciplina de arqueologia, que iria se chamar na metade do século XIX de pré-história. Desde então, a comprovação geológica da antiguidade estratigráfica do tempo e a sua extensa filosofia de elaboração kantiana², sobre sua forma de seta

² A metáfora de “estratos” do tempo é usada por Reinhart Koselleck ao se referenciar sobre a dimensão do conceito moderno de história. Para um detalhamento de que maneira a filosofia de Kant sobre o tempo esteve ligada ao ideal



do progresso, sempre apontando para frente, costurava um conceito moderno de história. Ao elaborar uma dimensão sobre a percepção temporal ocidental que estava intimamente ligada com pressupostos Iluministas da Modernidade, como debate Reinhart Koselleck (2006, 2014). O tempo, e o seu lado ainda em decomposição, aquilo chamado de passado, era então pouco a pouco, camada por camada, sendo sequenciado dentro desse modelo específico ocidental.

Essa sequência de elaboração sobre uma percepção temporal provoca ainda nos dias de hoje uma naturalidade de conceitos como o de pré-história são ignorados dentro da própria história da arqueologia. Sabe-se hoje que é inábil conceber a ideia de uma história antes da história (sua pré-história), essa designada ao momento da história humana antes de registros pelo que se entende como escrita. E no caso da América, essa ideia seria usada para se referir ao momento antes da chegada dos europeus no continente. A “pré-história” aparentemente usada apenas para nomear uma época, se transforma no decorrer do século XIX em uma ordenação politicamente carregada do olhar moderno ocidental sobre o passado e sobre pessoas não ocidentais. Os mais de 12 mil anos de história no continente antes da colonização, por exemplo, eram inimagináveis para o desenvolvimento da arqueologia que empreendia o conceito de “pré-história” naqueles meandros.

Essa inabilidade do conceito de pré-história no presente, entretanto, não marca aquilo que ele operava. Pois, a ideia de pré-história, marcadora de uma temporalidade fora da escrita, diz mais sobre a limitação ocidental de ter definido a história como engendrada dentro dos seus próprios procedimentos de análise. E se algo está fora desse procedimento, ele o deixa de ser. Logo, o próprio sentido de história que é polissêmico, mas não ilimitado, passa a ser restrito.

No início do século XIX os europeus experienciavam essa ordenação temporal, a qual a história ganharia uma atribuição marcadora da modernidade, que além de querer separar natureza e cultura (Latour 1994), distinguia e fragmentava cada vez mais o passado, como um campo de experiência e o futuro como horizonte de expectativa, ao criar uma assimetria entre ambos (Koselleck 2006). O resultado disso foi a distinção do tempo da história da natureza, que não poderia ser o mesmo tempo das experiências humanas.

de progresso e o modo como o ocidente começou a ter que elaborar narrativas sobre a história vivida e o conhecimento, ver Koselleck (2014).



O olhar disciplinado pela verificação, criado principalmente pelas ciências naquele momento, estabilizou e, ainda assim, propôs modos de investigar determinada sociedade não ocidental conforme a ordenação temporal ocidental. Este modo de sobreposição da pré-história concebida como um tempo muito antigo e destinado para tipos de seres parecidos com “humanos”, logo provocaria uma comparação com povos de toda a Terra, entre os que não possuíam o mesmo *status* e materiais de humanidade que os ocidentais europeus. Poder, sequência e tempo eram colocados lado a lado nessa disputa sobre validação de uma realidade.

Foi dentro dessa longa história, de percepção da própria história, que naturalistas como Emílio Goeldi praticavam sua ciência. Ele acreditava que a idade das ocupações sul-americanas era muito recente, e foi levado a empreender nos últimos anos de sua vida buscas arqueológicas por uma parte da Amazônia, entendida por ele como pouco explorada. Tal parte da Amazônia, era conhecida naquele momento como Guyana Brasileira, os materiais arqueológicos são ditos e entendidos por ele como verdadeira luz sobre a “pré-história” desse lugar. Não poderia ser diferente, Goeldi era um cientista herdeiro do progresso ocidental, do Iluminismo e dos acertos metódicos com o mundo ao seu redor, assim, ele subentendeu que os vestígios dos antigos indígenas que viviam na região do Cunani e Maracá narravam alguma coisa.

2. NA GUYANA BRAZILEIRA, AO NORTE CUNANI, AO SUL MARACÁ:

Entre os anos de 1895 e 1900, informações, pessoas e coisas sobre as regiões das Guianas formaram um intenso movimento fronteiriço, em especial de norte ao sul da chamada Guyana Brasileira atual estado do Amapá. Essas informações foram registradas com mais frequência e detalhamento em documentos do que anos anteriores devido ao conflito franco-brasileiro o qual alcançava seu ápice nesse final do século XIX na região (Cardoso 2008, Paz 2015, Santos 2017). Dentro dessa atmosfera, duas importantes expedições com o intuito de formar coleções arqueológicas, com foco na exuberância estética do material indígena, foram vislumbradas pelo naturalista e zoólogo Emílio Goeldi. Ele tentava estabelecer modos de entender em qual momento e quem eram os indígenas que haviam feito tantas urnas, vasilhas, potes e ornamentado com apreço o material explorado naquelas viagens à região do Amapá.

Os registros de tais informações são descritos nos documentos que contam sobre esse momento, o inaugural “Memórias do Museu Goeldi” publicado em 1900, sobre os materiais do Cunani, a conferência ministrada nas dependências do próprio museu, já com os materiais



coletados, publicada no final do ano de 1898, realizada em 1896, e em relatórios sobre as viagens à região. Tais escritos compuseram a função de expressar as feitorias do então Museu de História Natural e Etnografia (MHNE), e seus empreendimentos para a realização da ciência na Amazônia oitocentista.

Por meio desse interesse, na primeira expedição ao Cunani, o naturalista dedicou-se em resgatar detalhadamente o que ele entendia como etnografia e arqueologia daquele espaço. No decorrer do percurso da viagem, Goeldi mostrou-se entusiasmado com o tipo de material arqueológico que vinha encontrando e assinalou que era “*importante colheita em produtos cerâmicos de Índios hoje extintos, por nós descobertos n’um necrotério indígena situado n’um afluente esquerdo do Rio Cunany (Goanany)*” (Goeldi 1900i: 2). No mesmo sentido, afirmava que essas coleções eram “extremamente valiosas”, reforçando o valor estético das peças coletadas por ele. Assim, os materiais realçados por Goeldi, ao lado das coleções advindas das regiões sul do Amapá configuraram segundo ele, um dos mais preservados conjuntos cerâmicos da Amazônia (Goeldi 1898).

Esses produtos cerâmicos foram buscados em lugares que ele não possuía conhecimento. Seu primeiro desafio era de encontrar as localidades que possuísem tais artefatos, mas não fez isso sozinho, ele contou com o auxílio das pessoas que já habitavam tais regiões. Além de não terem sido visitados ou pouco estudados por outros cientistas, o caráter da experiência inédita se tornava necessário para o naturalista.

Nesse sentido, foi ao percorrer um afluente do Rio Cunani, conhecido como Igarapé do Holanda, no Monte Curú, que Goeldi e sua equipe, com auxílios dos moradores de lá, encontraram grandes pedaços de granitos que funcionavam como tampas cobrindo duas grandes cavernas artificiais subterrâneas. E ao averiguarem o que tinha dentro delas, a surpresa foi imediata, “se verificou serem estas cavernas repositórios intactos de *rica, variada e otimamente conservada* cerâmica funerária indígena” (Goeldi 1900i: 12, grifo meu). Esses materiais arqueológicos (para o detalhe original dessas peças e poços artificiais, ver Sanjad & Silva 2009), em suma, eram peças cerâmicas que possuíam formatos singulares.

Assim, o naturalista nos narra que foi com muita satisfação que se “explorou os tesouros desta mina arqueológica e cada vaso novo, posto à superfície, provocou ruidosa



manifestação de alegria” (Goeldi 1900i: 12). Essa alegria era expressa nas ordenações que o fizeram relacionar-se com aqueles materiais distintos por ele. Visto que o objetivo em encontrar tais materiais “diferenciados” está ligado com a forma da própria arqueologia em ordenar sua percepção para a diferença cultural. Principalmente em relacionar o que era considerado em nível de artefato suas características estéticas: do mais exuberante, ao menos exuberante.

A partir disso, os materiais do Amapá foram tão impactantes para o naturalista que se organizou uma nova viagem a fim de coletar materiais oriundos do sul daquela região. Logo, em 20 de julho de 1896 o Tenente-Coronel Aureliano Lima Guedes, colaborador do Museu saiu de Belém, com o seu plano de viagem para desembarcar cinco dias depois na cidade de Mazagão, região sul do Amapá. Essa expedição contemplou a denominada “viagem das Ilhas”, responsável por percorrer boa parte da região sul entre a foz do rio Amazonas, rio Anauerapucu, igarapés e ilhas próximas da costa do Pará.

Nessa região ao sul do Amapá, outros pesquisadores já haviam feito coletas de urnas e peças arqueológicas na segunda metade do século XIX, sendo o naturalista Domingo Soares Ferreira Penna (1818-1888)³ um deles. O que já se tinha conhecimento sobre aquela região ter muitos artefatos arqueológicos e foi necessário para Goeldi expandir o mostruário de peças vindas do Amapá, alcançando “objectos que de preferência devem ser colecionados” (Guedes, 1898: 44). Assim, o critério dessas escolhas foi o de focar na realização de coletas e informações científicas sobre aquele espaço.

Na tentativa de demonstrar o tipo de exploração arqueológica que existiu nessa região, uma espécie de mapa para aquela época foi elaborado, exibindo uma possibilidade para comprovar os lugares que Lima Guedes passou buscando materiais arqueológicos, essa cartografia serviu como atestado para aquele momento de sistematicidade e prova científica, junto ao relatório da viagem as ilhas. Ele contém informações a respeito do interior sul do Amapá, como nomes de rios e igarapés, para demonstrar de onde vieram as peças e por onde passou Lima Guedes recolhendo naquele instante várias urnas, vasos, potes e pedras (Figura 1).

³ Ferreira Penna foi o fundador do Museu Paraense, posteriormente nomeado por Goeldi como Museu Paraense de História Natural e Etnografia (Sanjad 2005).





Figura 1 - Expedição do Ten. Coronel Aureliano Lima Guedes realizada 1896, sul do Amapá (Foz Amazônica). Pontos em vermelhos onde o autor acentuou ter escavado necrotérios indígenas e em verde outras escavações. Fonte: BMPHNE (1898). Adaptação: Rafael Stabile & Queiton Carmo.

O largo dessas explorações demonstrava a herança do pensamento biológico das origens das espécies, de Darwin. Cientistas acentuavam essas conotações ao averiguarem “vestígios” ou “estágios de culturas” não europeias, hierarquizando distintos tipos de tempos e pessoas (Calazans 2016, Carmo dos Santos 2019). Igualmente, as classificações arqueológicas e



etnográficas extrapolavam a mera lógica da ação aleatória e reforçavam por conta de escolhas precisas o tipo de estética que deveria possuir uma coleção pertencente à ciência moderna.

Dentro dessa ciência que Goeldi dedicou a descrever separadamente cada peça dessas viagens. Seu método de maneira geral, ao tentar achar alguma explicação para as urnas e vasilhas advindas do Cunani, foi comparar pela semelhança o que ele havia encontrado. Suas comparações ressaltavam que a arte dos oleiros do Cunani e outras partes da Amazônia, eram comparadas com de outras “civilizações”. A ideia de linhas “gregas”, pontos em formato de vírgulas que se complementam, inscritas em algumas das peças do Cunani são um exemplo dessa comparação feita por Goeldi ao nomear esse tipo de decoração (Figura 2).



Figura 2 - Peças do Cunani adaptada das pranchas de Emilio Goeldi. Nota-se nas imagens vários ângulos com os detalhes registrados por Goeldi desde adornos de animais, até o estilo da pintura compreendida virgulares “gregas”. Fonte: MPHNE (1900). Adaptação: Autor

Segundo Ana Linhares (2015), esse movimento também pode ser lido com usos estéticos e de espetacularização em que se retira o objeto de seu contexto inicial de experiência



social e o atribui outros significados “não mais ligados ao que é diretamente vivido, mas um consumo estético, de imagens em movimento” (Linhares 2015: 6). Ressalta-se ainda que após os processos independentistas na América Latina o alicerce de explicação do passado material encontrava na arqueologia uma projeção para essas novas nações selecionarem “com cuidado essas culturas pré-hispânicas e as incorporaram ao imaginário nacional e na construção da história oficial” (Linhares 2015: 7).

A arqueologia percebida por meio dessas viagens, sobretudo nos escritos de Emilio Goeldi, compreendia aos materiais como coisas velhas e antigas. A comprovação da história oficial dessas coisas deveria se encaixar, portanto, conforme as definições dessas identidades que se firmavam na América em comparação com as sociedades europeias. Dessa maneira, o sentido atribuído aos materiais foi significativo nessa história científica (Ferreira 2010, Sanjad 2005). As análises sobre as coleções do Amapá, oriundas das regiões citadas, foram no decorrer do século XX e início deste século frutos também de um outro modo de interpretar a arqueologia na Amazônia, interessado em questões voltadas principalmente para a constituição das sociedades indígenas pré-coloniais na costa atlântica da região (Cabral & Saldanha 2010).

3. DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA: “UM HOLOFOTE SOBRE A QUESTÃO”.

Ao longo do século XIX, como discutido na primeira parte do texto, as disputas entorno das questões e comprovações sobre a antiguidade foram cada vez tensionadas. Primeiro das coisas arqueológicas e segundo do reconhecimento do material feito por populações indígenas, tal movimento gerou não somente o modo de relacionar temporalidades, mas sobre a quem pertence o passado. Humanos e coisas brincam nessas relações.

Dessa maneira, tais coisas materiais naquele momento funcionavam como testemunhas oculares (Burke 2004) fixadas apenas na obtenção dos materiais para preencher no caso de interesse de Emílio Goeldi “a pré-história” da América do Sul. Naquela época, as informações e abordagens sobre arqueologia na Amazônia colocavam questões precisas sobre as origens humanas na foz do Rio Amazonas. Prolongava-se então, um antigo debate a respeito dessas origens e como elas poderiam ser estudadas como provas confiáveis pelo pensamento científico em que se envolveu Emílio Goeldi.



O apoio das suas ideias partiram das cerâmicas arqueológicas, vindas da tal Guayana Brasileira e serviu como seu trunfo, para a elucidação afim de apresentar respostas ao problema como ele acentuou sobre o “aborígene amazônico” (Goeldi 1898). Nesse sentido, as provas sobre a origem e as características da vida das pessoas poderiam também ser elencadas e narradas. As redes de ciência que se estabeleciam nos museus de maneira a mundializar a prática e o discurso científico arqueológico estavam sendo definidas (Ferreira 2010)., na medida em que elas provocaram uma compreensão a respeito da possível elaboração de um tempo passado, por meio de um aglomerado de pedras e coisas de barro.

Problematizar e tematizar essa explicação a respeito de um tipo de passado que chega até nós, provoca uma dupla interação. Uma por meio de vestígios materiais, outra sobre os relatos a respeito desses vestígios. Elaboradas dentro de uma temporalidade específica e que formataram ideais sobre outro espaço e tempo, para as materialidades arqueológicas pertencidas aos antigos indígenas do extremo norte do Brasil.

Assim, a compreensão temporal dos materiais e da ocupação indígena da região era vista como algo muito recente por Goeldi, ao ser enfático em ressaltar que toda a história brasileira seria de cunho depois da chegada dos europeus na região. Segundo ele nessas terras, quatro séculos seriam apenas “um palmo somente, por assim dizer, da longa escala da história universal” (Goeldi 1898: 397) que o Brasil ainda deveria aceitar e encarar.

No que tange essa longa ideia de escala universal histórica debatida, o aspecto da antiguidade dos artefatos indígenas, para Goeldi, não passava de uma espécie de imaginação remota a respeito da escuridão da “pré-história do gênero humano” (Goeldi 1898: 397). A qual merecia ser tematizada às luzes dos métodos da ciência e alçar voos grandiosos sobre aquele presente. Ele elaborou então que a escuridão da pré-história (a longa cronologia) era mero fruto da imaginação de alguns. Pois, não haveria provas confiáveis para fundar essa duvidosa antiguidade e os artefatos arqueológicos utilizados. Justamente, por não carregarem em suas defesas sobre esse passado o estatuto da razão e do “criticismo científico moderno” (Goeldi 1898: 397). Dessa maneira ele aludiu ao auspicioso bom cientista da sua época, em que a ideia de modernidade habitou corações e mentes, fazendo-se valer dessa única noção de passado guiado pelo progresso.



Noção essa, discutida por Reinhart Koselleck (2006), demonstrou que a partir do século XVIII o mundo ocidental europeu, formulou a definição do próprio conceito de tempo histórico, de maneira que as experiências passadas não serviam mais de base para novas expectativas. Do mesmo modo a concepção de progresso reunia essas experiências e expectativas afetadas por uma divisão temporal a qual “Um grupo, um país, uma classe social tinham consciencia de estar à frente dos outros (...) Aqueles dotados de superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos” (Koselleck 2006: 317).

Portanto, a noção de pré-história estava diretamente ligada sobre esses aspectos, ao passo que em Goeldi pode ser percebida, na ausência dos “grandes rastros” deixados pelas sociedades pré-coloniais, mesmo reconhecendo as riquezas dos materiais vindos do Amapá. Um estatuto de antiguidade importante só era atribuído àquele que possui um longo passado marcado por grandes monumentos, que estivesse dentro de uma relevância construída, em grau satisfatório com os das próprias populações europeias. Tais questões para o naturalista se apresentavam como um grande desafio e problema. E ao examinar uma das peças da região sul do Amapá, de Maracá, percebendo contas de vidro inseridas nessas peças, Goeldi acentuou na confêrencia ministradas sobre esses materiais:

Uma das igaçabas de lá, pertence a uma moça menina, mostra em seus braços uma triplice pulseira de verdadeiras - missangas -, isto é pérolas de vidro. Que são de verdadeiro vidro, averiguamos pois dão a característica reação de cor azul, submetendo-as ao aquecimento com junção de cobalto. São lapidadas, tem um furo-central são em breves termos artefacto de uma adeantada industria europeia, como índio nunca as pode fazer -, e são provavelmente pérolas venezianas. Ora, isto constitue um indicação segura para determinámos a idade da respectiva urna, pelo menos como pós-colombiana. Não pode datar de uma era anterior ao ano de 1500, e terá com bastante probabilidade uma idade máxima de 350 anos. (...) De maneira que o achado a que acabo de me aludir possui importancia e o efeito de um holofote nesta questão, até bem poucos dias tão escura e intrincada, da idade de toda esta cerâmica sepulcral dos extintos indios da maravilhosa foz do Rio-Mar. (Goeldi 1898: 417).



É justamente sobre essa noção de história que ele se baseava implicitamente para a nomeação de um tempo pré-histórico, esteve envolvido em sua classificação e nomeação por meio dos materiais arqueológicos, sua demonstração. Essa classificação do tempo então serviu aos desígnios políticos da sociedade ocidental ao postular quem tinha história e quem não tinha, quem possuía materiais “avançados” tecnologicamente e quem não possuía⁴.

Assim, é a partir dessa imaginação histórica e quem não se encaixava dentro desse modelo que o tempo tornou-se uma questão para a política ocidental. No caso das ciências, o tempo fez-se também como um objeto da sua própria retórica. Nesse aspecto, é que as viagens arqueológicas ao Amapá demonstraram solucionar temas sobre a “pré-história” brasileira para Goeldi, essa ideia também naturalizou as violências empreendidas por esse modo de ver outras culturas, como o próprio tempo dentro de uma cronologia unilinear.

4. PARA ENTENDER QUE NEM TODO TEMPO É FEITO DO MESMO MATERIAL, CONCLUSÃO:

Um dos aspectos desse processo foi perceber que Emílio Goeldi estava envolvido em demonstrar provas materiais sobre um tempo marcado pela ideia de uma antiguidade, não tão remota para a Amazônia e para o Brasil. Nesse percurso, tentei demonstrar de que modo uma experiência temporal sobre o momento científico visualizava, não mais simplesmente em documentos, mas em materialidades uma orientação sobre anseios e debates a respeito da tessitura de um tempo ordenado, sequenciado e medido. A Guyana Brasileira foi um caso fundamental nos entendimentos desse processo.

O passado não se encontrava distante do presente, ao contrário, foi tomado e compreendido de vetor político das ações daquele momento, como disciplina, a arqueologia ali, foi também postulada aos lugares mais distantes e entendidos como “exóticos”. Essa prática era submetida aos critérios de verificações da época sobre aquilo que era definido como “pré-histórico”. O que atualmente nos expõe também um tipo de entendimento de ciência ainda com

⁴ Mesmo que ele assuma também a importância indígena da construção dos materiais oriundos da Guyana Brasileira, Goeldi estava interessado em questões etnológicas e arqueológicas que começavam a se transformar no início do século XX, não mais interrogando quem havia produzido tais materiais, pois eram de fato fabricados por pessoas indígenas.



heranças coloniais, caso não estejamos atentos sobre os modos de percepção do tempo, das pessoas, das coisas que ainda são reificados por um único modelo de conhecimento.

Assim, a ideia de “pré-história” esteve diretamente ligada com um passado de práticas científicas e que gostaria de ter transformado o tempo em um verdadeiro objeto da taxinomia das ciências naturais. Entretanto, o tempo nos mostra que de algum modo quanto mais nos aproximamos de qualquer possibilidade de controlá-lo, somos levados ainda mais para o fundo da sua complexidade, para o seu fluxo.

Hoje em dia, a profundidade e percepção temporal das diversas populações indígenas que habitaram e habitam a Amazônia ainda provoca uma série de questionamentos. Então, que comecemos desde já imaginar um outro tempo que não seja o das meras certezas cronológicas. Assim, a ciência ocidental talvez precise ainda aprender com demais culturas como lidar com algo que supostamente ela subverteu: a própria temporalidade.

Referências:

- Burke, P. 2004. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Sp.: Ed. Edusc.
- Cabral, M. P. & J. D. M. Saldanha. 2010. Ocupações pré-coloniais no setor costeiro atlântico do Estado do Amapá, in *Arqueologia Amazônica* vol. 1, p. 49-60. Editado por E. S. Pereira & V. Guapindaia. Belém: MPEG/ IPHAN/ SECULT.
- Calazans, M. O. 2016. Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, SP.
- Cardoso, F. S. S. 2008. Entre conflitos, negociações e representações: O Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: UFPA.
- Carmo dos Santos, Q. 2019. O tempo e a arqueologia: uma narrativa científica sobre o passado indígena na Amazônia por meio das coisas arqueológicas ao final do século XIX. *Temporalidades*, Belo Horizonte, Vol. 11, n.2. Jan-abr.
- Ferreira, L. M. 2009. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan.- abr.
- _____. 2010. *Território Primitivo: A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 75-128.
- Goeldi, Emílio. 1895. Excavações archeologicas executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas. 1ª Parte: As cavernas funerárias artificiaes de Índios hoje extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua ceramica. *Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, 1900b. 43 p. il. (Memórias do Museu Goeldi, I).
- _____. 1898. O estado actual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas no passado e no presente (Conferência Pública realizada no Museu Paraense em 7 de dezembro de 1896). *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, v. 2, n. 4, p. 397-417, 1898.
- _____. 1900i. Excavações archeologicas em 1895. Executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas. 1ª Parte: As cavernas funerárias



- artificiaes de Indios hoje extintos no Rio Cunany (Goanany) e sua ceramica. Belém: *Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, (Memórias do Museu Goeldi, I).
- Guedes, A. P. de Lima. 1898. Relatório sobre uma missão etnográfica e arqueológica aos Rios Maracá e Anauerá-Pucu (Guiana Brasileira), realizada pelo Tenente-Coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, v. 2, p. 42-63.
- Koselleck, R. 2006. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.
- . 2014. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio.
- Latour, B. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Linhares, A.M.A. 2015. Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Paz, A. 2015. Além do equador, entre “hordas de selvagens”: frentes de ocupação, trabalho e redes de contatos no extremo norte amazônico oitocentista. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 24, p. 9-29, jan.jun.
- Sanjad, N. R. 2005. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- Sanjad, N. R. & SILVA, J. B. P. 2009. Três contribuições de Emílio Goeldi (1859-1917) à arqueologia e etnologia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 4, n.2, p. 95-134.
- Santos, A. J. 2017. Barão do Rio-Branco: Cadernos de notas a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Volume 1 (1895) “O Convite”. Brasília: FUNAG.
- Schwarcz, L. M. 1993. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Trigger, B. G. 2004. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysses Editora.
- Wilson, D. 1851. *The Archaeology and Prehistoric Annals of Scotland*. Edinburgh Sutherland And Knox, George Street. London: Simpkin, Marshall, And Co. And J. H. Parker. 2015 [Ebook].

